

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

A cadeia

O processo de construção de uma nova cadeia em S. Miguel passou de nebuloso a anedota.

Com os atrasos e adiamentos de projectos prometidos para os Açores, por parte do Governo da República (como se viu agora com a Universidade e o gás natural), cedo se percebeu que a cadeia era para ficar, também, para as calendras gregas.

Um governo que tem pautado o seu mandato pela austeridade e contenção no investimento público, porque terá escolhido um terreno cheio de bagacina por remover, encarando mais o projecto?

O processo é tão nebuloso que se encontra embrulhado no tribunal e nunca mais vamos ter nova cadeia que substitua a actual, sem condições e classificada como um atentado aos direitos humanos.

Em vez de se corrigir o erro, o parlamento regional decidiu, esta semana, manter tudo como está, com os votos apenas do PS.

Assim vai a região da bagacina.

Oposição

O maior partido da oposição promete uma nova vida a partir de hoje.

Com um novo líder, consagrado quase por unanimidade, é tempo do PSD-Açores mostrar do que é capaz e em que é que será melhor do que o actual governo, desgastado de 23 anos de poder.

Em menos de dez meses vai ter que trabalhar muito para ser alternativa, o que seria um fenómeno político se assim acontecesse.

Se conseguir uma caminhada de credibilidade, coisa rara nos últimos anos na oposição, já será meio caminho andado para reconquistar a confiança dos açorianos.

É que a região nunca precisou tanto de uma oposição forte como agora.

Arnaldo Ourique, especialista em Direito Regional “O futuro dos Açores é fraco”

Arnaldo Ourique, especialista em Direito Constitucional e Regional, acaba de publicar um livro na Amazon intitulado “3ª Via da Autonomia Açoriana”, que reúne muitos dos artigos publicados regularmente neste jornal. Trata-se de um instrumento importante para o estudo da Autonomia contemporânea, contendo uma série de informações fulcrais no âmbito da governação e da produção legislativa parlamentar. Arnaldo Ourique falou ao nosso jornal sobre a nova obra.

Explique-nos, em traços sintéticos, o seu último livro, já disponível na Amazon, intitulado “3ª via da Autonomia”?

Esta obra contém os mais significativos ensaios que publiquei durante o ano de 2019 na comunicação social açoriana.

Desse ano, por acaso, sobressai duas matérias expressivas para o imaginário das autonomias portuguesas: um sobre a identidade legislativa da Assembleia Legislativa dos Açores. Aqui analisamos a produção legislativa da Região e outras ramificações, em especial a relação entre parlamento e governo.

E outro que é sobre a dimensão da experiência da Autonomia Açoriana naquilo que é a essencialidade do seu sistema autonómico; temática onde discutimos o circuito da história política açoriana, do passado e do presente.

O título “3ª via da autonomia açoriana” encaminha o leitor para uma situação especial que se vive nos Açores: a necessidade de se pensar, não numa reforma da Autonomia, mas sobretudo numa reforma do pensamento regional autonómico.

São 123 páginas que constituem um instrumento essencial para o conhecimento e compreensão do nosso sistema autonómico, nesta fase a que chama “3ª via”. Já considerou publicá-las em papel, podendo servir para consulta de escolas e outras instituições?

A nossa Região não tem dimensão para publicar em papel este tipo de livro: não existe sociedade política com interesse; não existem instituições com vocação para as matérias da Autonomia; e menos ainda da “cientificação” da Autonomia.

Há povos que criam novos sistemas políticos e que se dedicam ao seu estudo num constante melhoramento; nos Açores isso não existe. Somos ilhéus.

Um dos seus estudos mais aprofundados é o da identidade legislativa do nosso parlamento regional. 2019 foi pior do que nos anos anteriores, ou houve registo de alguma melhoria?

Melhor do que 2008, mas sempre fraco e medíocre.

A identidade legislativa da Assembleia Legislativa dos Açores é



toda negativa em quase tudo.

E porquê? O problema nuclear é a precariedade do sistema de governo: quando este é fraco por não permitir a fiscalização política com eficácia – não há verdadeira autonomia democrática.

Parece que existe, mas não existe realmente; ou melhor, existe naquilo que é a gestão da coisa pública, a gestão do dia-a-dia, mas não há gestão política estrutural.

Um exemplo simples mas ilustrativo: imaginando, na ordem das ideias dos actuais governos das ilhas, que hoje estamos melhor do que há vinte anos – e isso, em muitos aspectos é verdade – repare com antes tínhamos três conservatórios regionais de música, um em cada um dos três centros urbanos e populacionais do arquipélago (centros que existiram desde o povoamento até serem extintos em 1998 pela revisão do Estatuto Político dos Açores, atente-se), mas hoje apenas temos um.

Isto é: os Açores no desenvolvimento harmonioso, numas coisas parou, noutras está a andar para trás.

Este simples exemplo, meramente ilustrativo, é representativo dos últimos governos da Autonomia Açoriana, é uma fotografia real do modelo de governação legal, em vez da multiplicação, a diminuição, em vez da adição, a aparente multiplicação.

O governo tem-se sobreposto ao parlamento nessa matéria, como tem sido vastamente denunciado nos seus escritos. Temos falta de fiscalização ou escrutínio regional?

Para qualquer democracia dos nossos tempos é necessário um sistema de governo cujos termos de pesos e con-

trapesos garanta e promova uma dinâmica de fiscalização com eficácia.

Vivemos numa falha tectónica: temos um parlamento e um governo, mas falta-nos o terceiro elemento aglutinador destes dois poderes.

Na falta dele e, pior, com parlamentos de tendência maioritária, naturalmente que está tudo perdido: o parlamento apenas faz o que o governo quer; e o governo faz o que quer que o parlamento, da parte da oposição, possa fazer o que quer que seja para impedir, ou pelo menos atenuar consequências através do diálogo político e fiscalizador.

Um sistema de governo sem meios eficazes de fiscalização efectiva é como uma lei que diga que é crime difamar, mas apenas afirma o princípio e não institui a penalização de violar a regra.

Este modelo em vigor foi pensado num tempo que já passou e, sobretudo, dum tempo que já foi muito ultrapassado.

O que se passa nos Açores – é vinte e quatro horas por dia violador da Constituição, porque as populações merecem respeito e merecem ter efectivo poder político. O nosso sistema de governo não é apenas fraco e inconstitucional; é tonto, é estúpido, é uma constante declaração de ignorância política.

Os males do parlamento advêm do sistema de governo – que se fosse mais parecido com o sistema de governo nacional – seria realmente eficaz e democrático.

Temos que descobrir outro modelo de desenvolvimento ou devemos manter o vigente?

A minha ideia é simples: alterar o modelo de desenvolvimento apenas através do projecto governativo – não vale nada. E a prova está aí: vivemos na superfície da superficialidade socioeconómica dos Açores.

Jogar no lixo a história das ilhas com os seus três centros naturais de desenvolvimento, que assim projectavam desenvolvimento nas ilhas circundantes – é um crime político, cujas consequências já estamos a viver, e vamos continuar, evidentemente.

A minha ideia é simples: devolva-se ao povo açoriano o seu real poder político, e eis que o progresso e a qualidade de vida das pessoas altera-se para melhor. (Continua pág. seguinte)